



Serviço Autônomo de Água e Esgoto

Marechal Cândido Rondon – Paraná

www.saaemcr.com.br - e-mail: saae@saaemcr.com.br

CNPJ: 76.878.669/0001-42

TERMO DE REFERÊNCIA SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO Pregão Eletrônico - Sistema de Registro de Preços (SRP)

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Referência visa eventual aquisição de Máquinas Retroescavadeiras destinadas ao apoio as atividades operacionais do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Marechal Cândido Rondon, Paraná, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

| ITEM | DESCRIÇÃO RESUMIDA | UNIDADE DE MEDIDA | QTD. ESTIMADA | VALOR UNITÁRIO R\$ | VALOR TOTAL R\$ |
|--------------|--|-------------------|------------------------|-------------------------|-----------------|
| 01 | RETROESCAVADEIRA 4X4 Equipamento novo, zero hora, de fabricação em série regular do fabricante. | Un | 02 (dois) equipamentos | 510.788,61 | 1.021.577,22 |
| Total | | | | R\$ 1.021.577,22 | |

1.2. Os quantitativos indicados são estimativos, não implicando obrigação de contratação integral por parte da Administração. A estimativa considerou possíveis aquisições ao longo da vigência da ata, conforme surgimento de demanda, não se limitando à aquisição imediata.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

| ITEM | COD. SAAE | DESCRIPTIVO |
|------|-----------|---|
| 01 | 72178 | <u>Características Mínimas:</u> 1. Características Gerais a) Equipamento novo, zero hora, de fabricação em série regular do fabricante , admitindo-se fabricação a partir do segundo semestre de 2025 ou superior; b) Atendimento a todos os equipamentos obrigatórios exigidos pelo Código de Trânsito Brasileiro e normas do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN); c) Estrutura do chassi do tipo monobloco ou estrutura de resistência equivalente, projetada para aplicações severas em equipamentos de construção; d) Sistema de tração 4x4 acionável, com acionamento eletro-hidráulico ou tecnologia equivalente; e) Cabine fechada de fábrica, equipada com sistema de ar-condicionado; f) Cabine com certificação ROPS (Roll Over Protective Structure) e FOPS (Falling Object Protective Structure), conforme normas ISO 3471 e ISO 3449 ou equivalentes reconhecidas internacionalmente; g) Eixos com redução planetária ou tecnologia equivalente adequada à aplicação em equipamentos de construção pesada; h) Garantia mínima de 12 (doze) meses, sem limite de horas trabalhadas; i) Durante o período de garantia, todas as manutenções preventivas previstas pelo fabricante, incluindo peças, insumos, deslocamento técnico e mão de obra, deverão ocorrer às expensas da contratada, sem limite de horas; j) Realização de treinamento técnico presencial para, no mínimo, 04 (quatro) operadores, nas dependências da Autarquia; |





Serviço Autônomo de Água e Esgoto

Marechal Cândido Rondon – Paraná


www.saaemcr.com.br - e-mail: saae@saaemcr.com.br

CNPJ: 76.878.669/0001-42

| | | |
|--|--|--|
| | <p>k) Fornecimento de manual de operação e manutenção em língua portuguesa, em formato digital e impresso, contendo, no mínimo:</p> <ul style="list-style-type: none">• plano de manutenção preventiva;• orientações operacionais;• catálogo de peças do equipamento. | |
| | <p>2. Dimensões</p> <p>a) Distância entre eixos mínima de 2.000 mm;</p> <p>b) Largura mínima de 2.000 mm;</p> <p>c) Peso operacional mínimo de 8.000 kg, considerando a máquina equipada para operação.</p> | |
| | <p>3. Motor</p> <p>a) Motor diesel com mínimo de 4 cilindros;</p> <p>b) Potência bruta máxima mínima de 90 HP;</p> <p>c) Aspiração por turboalimentação;</p> <p>d) Sistema de injeção direta de combustível, mecânico ou eletrônico (common rail ou equivalente), devendo apresentar confiabilidade operacional comprovada em aplicações de construção pesada;</p> <p>e) Atendimento às normas de emissão de poluentes estabelecidas pelo PROCONVE MAR-1 ou superior, regulamentadas pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).</p> <p>f) O motor e seus sistemas associados deverão ser projetados para intervalos estendidos de manutenção, com troca de óleo lubrificante recomendada pelo fabricante de, preferencialmente 500 horas, ou conforme plano de manutenção otimizado do fabricante;</p> <p>g) O equipamento deverá possuir sistema de monitoramento eletrônico dos parâmetros do motor, incluindo no mínimo:</p> <ul style="list-style-type: none">• temperatura;• pressão de óleo;• rotação;• alertas de falha e manutenção preventiva. | |
| | <p>4. Sistema de Combustível</p> <p>a) Combustível: desejável diesel S-500 ou superior, conforme especificações nacionais vigentes;</p> <p>b) Capacidade mínima do tanque de combustível de 125 litros;</p> <p>c) O equipamento deverá ser entregue com o tanque de combustível completamente abastecido.</p> | |
| | <p>5. Transmissão</p> <p>a) Transmissão do tipo Power Shuttle ou equivalente, com inversor de sentido de marcha eletro-hidráulico ou tecnologia equivalente;</p> <p>b) Mínimo de 4 marchas à frente e 2 marchas à ré;</p> <p>c) Sistema de transmissão com conversor de torque.</p> | |
| | <p>6. Direção</p> <p>Sistema de direção hidráulica, hidrostática, eletro-hidráulica ou tecnologia equivalente, adequado ao porte do equipamento, devendo possuir solução ergonômica que permita ajuste ao operador, por meio de coluna de direção ajustável.</p> | |
| | <p>7. Sistema de Freios</p> <p>Sistema de freios multidisco em banho de óleo, adequado para aplicações severas.</p> | |
| | <p>8. Sistema Hidráulico e Implementos</p> | |

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 29/05/2026 15:05 -03:00 -03
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/rp86b1594215daf>



| | | |
|--|---|---|
| | <p>a) Sistema hidráulico de alto desempenho, com bomba de vazão variável ou tecnologia equivalente, devendo garantir precisão operacional, eficiência energética e resposta adequada em operações simultâneas;</p> <p>b) Sistema de engate rápido hidráulico para caçamba traseira, acionado a partir da cabine, dotado de dispositivo de segurança contra acionamentos acidentais.</p> <p>c) O equipamento deverá possuir sistema de articulações com pinos e buchas selados (lubrificação permanente ou de longa duração) ou tecnologia equivalente, visando:</p> <ul style="list-style-type: none"> • aumento da vida útil dos componentes; • redução da necessidade de lubrificação frequente; • maior disponibilidade operacional; <p>d) Caso não utilize sistema totalmente selado, deverá possuir pontos de lubrificação de fácil acesso e centralização de graxeiras, com intervalos estendidos de lubrificação compatíveis com aplicações severas.</p> | |
| | <p>9. Carregadeira Frontal</p> <p>a) Caçamba carregadeira com lâmina de desgaste reversível aparafusada;</p> <p>b) Capacidade mínima da caçamba de 0,90 m³;</p> <p>c) Mínimo de 2 cilindros hidráulicos de elevação e 1 cilindro de tombamento;</p> <p>d) Altura mínima de descarga de 2.600 mm;</p> <p>e) Altura mínima de articulação de 3.290 mm;</p> <p>f) Força mínima de desagregação na caçamba de 4.000 kgf;</p> <p>g) Carga operacional mínima de 2.500 kg.</p> | |
| | <p>10. Escavadeira Traseira</p> <p>a) Caçamba com dentes substituíveis, com capacidade mínima de 0,20 m³;</p> <p>b) Profundidade mínima de escavação de 4.200 mm;</p> <p>c) Altura mínima de carga de 3.100 mm;</p> <p>d) Força mínima de desagregação na caçamba de 6.000 kgf;</p> <p>e) Força mínima de desagregação no braço de 3.000 kgf;</p> <p>f) Fornecimento de 01 (uma) concha traseira de 30 polegadas;</p> <p>g) Fornecimento de 01 (uma) concha traseira de 18 polegadas;</p> <p>h) Ambas compatíveis com o sistema de engate rápido hidráulico;</p> <p>i) Linha hidráulica auxiliar instalada até a extremidade do braço de escavação, destinada à operação de implementos hidráulicos.</p> | |
| | <p>11. Estabilizadores</p> <p>Equipamento dotado de estabilizadores traseiros com sapatas reversíveis, sendo um dos lados apropriado para operação sobre superfícies pavimentadas.</p> |  |
| | <p>12. Pneus</p> <p>a) Pneus novos de fábrica;</p> <p>b) Pneus dianteiros com dimensão mínima 12.5/80-18, mínimo 10 lonas ou equivalente técnico;</p> <p>c) Pneus traseiros com dimensão mínima 19.5-24, mínimo 12 lonas ou equivalente técnico;</p> <p>d) Pneus de fabricação nacional ou de marcas com reconhecida atuação no mercado nacional e assistência técnica disponível no país.</p> | |
| | <p>13. Sistema de Segurança e Iluminação</p> <p>a) Alarme sonoro de marcha à ré;</p> <p>b) Sistema de iluminação dianteiro e traseiro adequado para operações noturnas;</p> <p>c) Dispositivo de sinalização visual tipo giroflex LED na cor âmbar, com visibilidade de 360°, resistente a intempéries (mínimo IP65), acionado a partir da cabine.</p> | |
| | <p>14. Ergonomia e Conforto</p> | |



Serviço Autônomo de Água e Esgoto

Marechal Cândido Rondon – Paraná

www.saaemcr.com.br - e-mail: saae@saaemcr.com.br

CNPJ: 76.878.669/0001-42

| | |
|--|---|
| | <p>a) Sistema de ar-condicionado original de fábrica;</p> <p>b) Assento do operador ergonômico, ajustável, giratório, com apoio de braços e cinto de segurança;</p> <p>c) Assento com sistema de suspensão pneumática;</p> <p>d) Sistema de direção com ajuste ergonômico ao operador, por meio de coluna ajustável;</p> <p>e) Comandos da escavadeira por meio de joysticks, com seleção de padrão ISO/SAE;</p> <p>f) Sistema que permita o deslocamento da máquina sem necessidade de rotação do assento do operador ou solução equivalente;</p> <p>g) Sistema de áudio com rádio AM/FM, conectividade USB e Bluetooth, com no mínimo 02 alto-falantes;</p> <p>h) Aplicação de película de controle solar com desempenho técnico comprovado, com bloqueio mínimo de 99% de radiação UV e redução térmica, conforme normas do CONTRAN.</p> |
| | <p>15. Condições Gerais de Fornecimento</p> <p>a) O equipamento deverá ser modelo de série regular de fabricação, sendo vedado o fornecimento de unidades desenvolvidas exclusivamente para este certame;</p> <p>b) O fornecedor deverá comprovar a existência de rede de assistência técnica autorizada em um raio máximo de 150 km da sede da Autarquia;</p> <p>c) O transporte do equipamento até o local de entrega será de responsabilidade da contratada, sem ônus adicional para a Administração;</p> <p>d) O equipamento deverá ser entregue na Sede Técnico Operacional da Autarquia, situada no Município de Marechal Cândido Rondon – PR, no endereço indicado no instrumento convocatório.</p> <p>16. Sistema Elétrico, Eletrônica Embarcada e Telemetria</p> <p>a) Sistema elétrico de alta capacidade, compatível com operação contínua de acessórios e sistemas eletrônicos embarcados, contendo:</p> <ul style="list-style-type: none">• alternador de alta eficiência, com capacidade mínima de 100 A ou equivalente técnico;• bateria(s) de alta capacidade, adequadas à partida e operação em regime severo; <p>b) Arquitetura elétrica projetada para ambientes severos, com:</p> <ul style="list-style-type: none">• chicotes elétricos protegidos contra abrasão, umidade e vibração;• conectores selados;• proteção contra sobrecarga e curto-circuito; <p>c) Sistema eletrônico embarcado com interface ao operador, incluindo painel digital ou display multifuncional que permita visualização de:</p> <ul style="list-style-type: none">• horas de operação;• alertas e diagnósticos;• parâmetros operacionais da máquina; <p>d) O equipamento deverá ser compatível com sistema de telemetria e monitoramento remoto, preferível nativo de fábrica ou preparado para instalação, permitindo, no mínimo:</p> <ul style="list-style-type: none">• rastreamento geográfico;• monitoramento de horas trabalhadas;• alertas de manutenção;• diagnóstico remoto; <p>e) O sistema de telemetria poderá ser:</p> <ul style="list-style-type: none">• preferencialmente integrado de fábrica ou fornecido como solução compatível sem prejuízo à garantia. |

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 29/05/2026 15:05:03.00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/pr86b1594215daf>





Serviço Autônomo de Água e Esgoto

Marechal Cândido Rondon – Paraná

www.saaemcr.com.br - e-mail: saae@saaemcr.com.br

CNPJ: 76.878.669/0001-42

| | | |
|---|--|--|
| | | <p>f) O sistema deverá permitir exportação de dados operacionais para fins de gestão de frota e controle administrativo;</p> <p>g) Todos os sistemas eletrônicos deverão ser compatíveis com as condições de operação típicas de equipamentos de construção, incluindo:</p> <ul style="list-style-type: none">• vibração;• poeira;• umidade;• variações térmicas. |
| <p>1. JUSTIFICATIVA TÉCNICA DOS REQUISITOS</p> <p>1. Características Gerais</p> <p>Os requisitos estabelecidos visam garantir a aquisição de equipamento novo, confiável e adequado às condições severas de operação típicas de serviços públicos (manutenção urbana, obras viárias, drenagem e serviços rurais).</p> <p>A exigência de fabricação recente assegura:</p> <ul style="list-style-type: none">• disponibilidade de peças;• suporte técnico atualizado;• maior vida útil do ativo. <p>A cabine com certificações ROPS/FOPS segue padrões internacionais de segurança, protegendo o operador contra capotamento e queda de objetos, sendo prática consolidada no setor de máquinas pesadas.</p> <p>A garantia mínima sem limitação de horas visa:</p> <ul style="list-style-type: none">• reduzir riscos operacionais;• garantir previsibilidade de custos;• assegurar disponibilidade do equipamento durante o período inicial de uso intensivo. <p>O treinamento operacional é essencial para:</p> <ul style="list-style-type: none">• correta utilização da máquina;• redução de falhas operacionais;• aumento da vida útil do equipamento. | | |
| <p>2. Dimensões</p> <p>Os parâmetros mínimos foram definidos com base em equipamentos de médio porte amplamente utilizados no mercado, garantindo:</p> <ul style="list-style-type: none">• estabilidade operacional;• capacidade adequada para serviços públicos;• compatibilidade com transporte e operação em vias urbanas. <p>Não restringem fabricantes, apenas evitam equipamentos subdimensionados.</p> | | |
| <p>3. Motor</p> <p>As exigências asseguram:</p> <ul style="list-style-type: none">• potência mínima compatível com operações simultâneas;• eficiência energética;• conformidade ambiental conforme PROCONVE MAR-1, em atendimento à regulamentação nacional. <p>A aceitação de sistemas de injeção mecânica ou eletrônica amplia a competitividade, permitindo participação de diferentes tecnologias consolidadas no mercado.</p> <p>O monitoramento eletrônico garante:</p> <ul style="list-style-type: none">• controle operacional;• prevenção de falhas;• melhor gestão da frota. | | |
| <p>4. Sistema de Combustível</p> <p>A especificação considera a realidade nacional de abastecimento (diesel S-500 e S-10), garantindo:</p> <ul style="list-style-type: none">• ampla compatibilidade; | | |

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 29/05/2026 15:05:03.00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/p86b1594215daf>





- facilidade logística;
- continuidade operacional.

5. Transmissão

A transmissão tipo Power Shuttle ou equivalente é padrão de mercado, sendo essencial para:

- operações com inversões frequentes de marcha;
- aumento da produtividade;
- redução do esforço do operador.

6. Direção

A exigência visa garantir:

- manobrabilidade em áreas urbanas e restritas;
- ergonomia e segurança operacional.

7. Sistema de Freios

Freios multidisco em banho de óleo são padrão em equipamentos de construção, oferecendo:

- maior durabilidade;
- menor manutenção;
- melhor desempenho em condições severas.

8. Sistema Hidráulico

A especificação por desempenho (e não por tecnologia exclusiva) garante:

- precisão nos movimentos;
- capacidade de operações simultâneas;
- eficiência energética.

A previsão de soluções equivalentes assegura ampla competitividade.

9. Carregadeira Frontal

Os parâmetros mínimos foram definidos com base em aplicações reais da Administração, garantindo:

- capacidade de carga adequada;
- produtividade em movimentação de materiais;
- eficiência operacional.

10. Escavadeira Traseira

Os requisitos asseguram:

- capacidade de escavação compatível com redes e obras públicas;
- versatilidade com múltiplas conchas;
- possibilidade de uso de implementos hidráulicos.

11. Estabilizadores

Garantem estabilidade durante escavação, sendo requisito essencial de segurança.

12. Pneus

As especificações asseguram:

- resistência em aplicações severas;
- disponibilidade no mercado nacional;
- facilidade de reposição.

13. Segurança e Iluminação

Atendem às normas operacionais e de segurança, garantindo:

- operação noturna segura;
- prevenção de acidentes;





Serviço Autônomo de Água e Esgoto

Marechal Cândido Rondon – Paraná

www.saaemcr.com.br - e-mail: saae@saaemcr.com.br

CNPJ: 76.878.669/0001-42

- visibilidade do equipamento.

14. Ergonomia e Conforto

Os requisitos visam:

- redução de fadiga do operador;
- aumento de produtividade;
- melhoria das condições de trabalho.

Não possuem caráter restritivo, sendo compatíveis com o padrão atual do mercado.

15. Condições de Fornecimento

Garantem:

- suporte técnico adequado;
- logística eficiente;
- atendimento pós-venda.

A exigência de rede autorizada busca assegurar continuidade operacional do equipamento.

16. Sistema Elétrico e Telemetria

A exigência visa modernizar a gestão da frota pública, permitindo:

- controle de uso;
- redução de custos operacionais;
- planejamento de manutenção.

A previsão de telemetria integrada ou compatível evita restrição tecnológica.

JUSTIFICATIVA TÉCNICA E DEFESA DA ESPECIFICAÇÃO – RETROESCAVADEIRA 4X4

1. Da Legalidade da Especificação

O presente Termo de Referência foi elaborado em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto aos princípios da:

- isonomia;
- competitividade;
- seleção da proposta mais vantajosa.

As especificações adotadas são baseadas em desempenho e funcionalidade, não havendo indicação de marca, modelo ou tecnologia exclusiva.

2. Da Ampla Competitividade

Os requisitos estabelecidos:

- utilizam a expressão “ou equivalente” nos itens técnicos;
- admitem múltiplas tecnologias (injeção mecânica ou eletrônica, sistemas hidráulicos equivalentes, etc.);
- são compatíveis com diversos fabricantes do mercado.

Atendem plenamente fabricantes como:

- Caterpillar
- JCB
- Case Construction
- New Holland Construction

Restando comprovada a inexistência de direcionamento.

3. Da Necessidade Técnica

As exigências foram definidas com base:

- nas condições reais de operação da Administração;
- em padrões técnicos consolidados no mercado;
- na necessidade de durabilidade, segurança e eficiência.

Não se tratam de exigências supérfluas, mas sim de requisitos mínimos para garantir a adequada execução dos serviços públicos.



4. Da Proporcionalidade

Os requisitos são:

- adequados ao objeto;
- necessários para garantir desempenho;
- proporcionais ao investimento público.

Não há exigências desarrazoadas ou excessivas.

5. Da Manutenção e Garantia

A previsão de cobertura de manutenção durante a garantia visa:

- reduzir custos indiretos;
- evitar paralisação do equipamento;
- garantir previsibilidade orçamentária.

Tal prática é compatível com contratos administrativos e não restringe a competitividade, pois diversos fornecedores do mercado atendem a tais condições.

6. Da Assistência Técnica

A exigência de rede autorizada visa garantir:

- atendimento ágil;
- disponibilidade de peças;
- continuidade operacional.

Trata-se de requisito essencial para equipamentos de uso intensivo.

7. Da Telemetria

A exigência de compatibilidade com telemetria:

- não restringe fornecedores;
- admite solução embarcada ou adicional;
- atende às boas práticas de gestão pública.

8. Conclusão

Diante do exposto, conclui-se que:

- as especificações são técnicas e justificadas;
- não há direcionamento ou restrição indevida;
- o edital atende plenamente à legislação vigente.



1.3. O fornecimento de bens possui natureza eventual, sendo executado conforme demanda, no âmbito do Sistema de Registro de Preços sem garantia de aquisição mínima, podendo a Administração contratar conforme sua necessidade.

1.4. Nos termos do art. 95 da Lei 14.133/2021, será obrigatório a expedição de contrato para execução do objeto, a Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, conforme art. 84, podendo ser prorrogada por igual período conforme a Lei nº 14.133/2021. Os contratos decorrentes da Ata terão vigência própria, limitada ao prazo necessário à entrega do objeto.

1.5. O contrato, ou outro instrumento hábil que o substitua, oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência contratação.

1.6. Os bens, objeto desta contratação, são caracterizados como comuns, conforme a justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

2. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS



Serviço Autônomo de Água e Esgoto

Marechal Cândido Rondon – Paraná

www.saaemcr.com.br - e-mail: saae@saaemcr.com.br

CNPJ: 76.878.669/0001-42

2.1. Órgão Gerenciador

O SAAE será o órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços.

2.2. Órgãos Participantes

Não há órgãos participantes.

2.3. Adesão à Ata

Considerando a especificidade do objeto e o planejamento interno da Autarquia, não será permitida adesão à Ata por órgãos não participantes, visando preservar o equilíbrio do planejamento administrativo e a capacidade de atendimento do fornecedor.

2.4. Não obrigatoriedade de contratação

A Administração não está obrigada a contratar os quantitativos registrados.

2.5. Revisão de preços

Os preços registrados poderão sofrer alteração em decorrência de eventual redução ou elevação dos preços praticados no mercado, mediante comprovação efetiva de variação de custos por meio de notas fiscais, índices oficiais ou outros documentos idôneos e também com observância do disposto nos arts. 124 a 134 da Lei nº 14.133/2021.

2.6. Cancelamento da Ata

O registro poderá ser cancelado nas hipóteses legais.

- Descumprimento contratual
- Não manutenção das condições de habilitação
- Interesse público
- Pedido do fornecedor, mediante justificativas plausíveis e aceite da administração
- Atraso injustificado
- Recusa em fornecer
- Falência
- Caso fortuito/força maior

2.7. Será respeitada a ordem de classificação dos fornecedores registrados na Ata de Registro de Preços para fins de contratação, observando-se a convocação do fornecedor melhor classificado para cada ordem de fornecimento.

3. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO RESERVA:

3.1. Após a definição do licitante vencedor, o Agente de Contratação realizará a consulta aos demais participantes para formação de cadastro reserva, em anexo à Ata de Registro de Preços.

3.2. O cadastro reserva será composto pelos licitantes que:
a) Aceitarem cotar o objeto com preços iguais ao do licitante vencedor;
b) Mantiverem sua proposta original, observada a ordem de classificação e a compatibilidade com os preços de mercado.

3.3. A habilitação dos licitantes que compõem o cadastro reserva somente será exigida e verificada quando houver a necessidade de sua convocação.

4. Justificativa para Cadastro reserva:

4.1. A presente medida visa estabelecer a formação de cadastro reserva na Ata de Registro de Preços, nos termos do Art. 82, § 5º, inciso II da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Federal nº 11.462/2023.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 29/05/2026 15:05:03.00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/pr86b1594215daf>



- 4.2. A experiência administrativa demonstra que a dependência de um único fornecedor (detentor da ata) representa um risco à continuidade das atividades do órgão. Eventuais pedidos de cancelamento de registro, falências, descumprimentos contratuais ou incapacidade logística de entrega por parte do primeiro colocado podem paralisar o fornecimento de itens essenciais. A existência de um cadastro reserva pré-homologado permite a substituição imediata do fornecedor inadimplente, garantindo a manutenção do fluxo de suprimentos.
- 4.3. A formação do cadastro reserva no momento da licitação evita a necessidade de abertura de novos processos licitatórios ou contratações emergenciais (geralmente mais onerosas) caso o primeiro colocado falhe. Isso otimiza a força de trabalho da equipe de licitações e reduz os custos operacionais da Administração, aproveitando o mesmo certame para garantir múltiplas opções de fornecimento.
- 4.4. Pelo exposto, a inclusão do cadastro reserva revela-se como medida de prudência administrativa, alinhada ao princípio da eficiência e da seleção da proposta mais vantajosa, garantindo que o interesse público seja preservado diante de eventuais intercorrências com o detentor principal da Ata.

5. GARANTIA DOS BENS

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.2. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o contratado deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.2.1. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.2.2. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada pelo fabricante, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.2.2.1. Entende-se como assistência autorizada aquela vinculada ao fabricante, a qual possui contato e treinamento direto com a fábrica, tendo a confiança e qualidade comprovada, sendo obrigada a empregar somente peças originais do fabricante para não comprometer a qualidade do produto.

5.2.2.2. Os endereços e telefones da assistência técnica autorizada devem constar no termo de garantia do produto ou manual do usuário.

5.2.2.3. A assistência técnica autorizada deverá estar a uma distância não superior a 150 km (cento e cinquenta quilômetros) da sede do Município de Marechal Cândido Rondon.

5.3. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.



5.4. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento, sem ônus a contratante.

5.5. Uma vez notificado, o Contratado realizará o reparo ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, salvo em casos que exijam peças de reposição não disponíveis em estoque nacional, devidamente justificado, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.6. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.7. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.8. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.9. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual. A garantia será contada individualmente para cada equipamento a partir do recebimento definitivo de cada fornecimento decorrente da Ata de Registro de Preços.

6. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

6.1. A fundamentação da contratação encontra-se disposta no capítulo 03 (Necessidade da Contratação) contido no ETP, anexo deste TR.

6.2. As disposições relacionadas ao Plano de Contratação Anual, às leis orçamentárias e outros instrumentos de planejamento, constam no Capítulo 04 (Referência a outros instrumentos de planejamento) do ETP.

6.3. A adoção do Sistema de Registro de Preços justifica-se em razão da possibilidade de aquisição parcelada conforme necessidade operacional da Autarquia, bem como permitindo maior flexibilidade na gestão da frota e substituição programada de equipamentos.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1. A descrição da solução como um todo consta no Capítulo 07 do ETP

8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Regras de benefício para MPE's

8.1. Não serão aplicadas as medidas indicadas no art. 48 da LC 123/2006, tendo em vista o valor da licitação.

Sustentabilidade

8.2. A empresa que vier a ser contratada adotará as seguintes práticas de sustentabilidade, quando couber:

8.2.1. Fornecer produtos novos, com motores de gerações mais recentes com tecnologias que promovam reduções significativas nas taxas de emissão de gases e no consumo de combustível.



8.2.2. Fornecer produtos fabricados dentro das normas ambientais atuais de emissão de poluentes, principalmente a PROCONVE MAR-1, o Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores, criado pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). Esse programa estabelece, por meio de resoluções, as diretrizes, prazos e padrões legais de emissão para Máquinas Agrícolas e Rodoviárias. A Resolução CONAMA 490/2018, é aplicável às máquinas agrícolas e de construção (rodoviária) novas, nacionais e importadas, estabelecendo novos limites de emissões da MAR-1, exigindo, além de modificações nos motores, a utilização de diesel com teor de enxofre.

Indicação de marca/modelo

8.3. Não há indicação de marca/modelo

Vedação de contratação de marca/modelo

8.4. Não há vedação de contratação de marca/modelo

Exigência de amostra/exame de conformidade/prova de conceito

8.5. Não será exigida amostra

Exigência de carta de solidariedade

8.6. Não será exigida carta de solidariedade

Inversão de fases do processo

8.7. Não será aplicada a inversão de fases

Participação de cooperativas de trabalho

8.8. Não se aplica

Instalação de ponto de atendimento local

8.9. Não se aplica

Obrigações do Contratante

8.10. As obrigações do contratante encontram-se dispostas no capítulo 07 do ETP.

Obrigações do Contratado

8.11. As obrigações do contratado encontram-se dispostas no capítulo 07 do ETP.

9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (ROTINA DE EXECUÇÃO)

9.1. A execução do objeto ocorrerá de forma parcelada, mediante emissão de ordem de fornecimento, conforme necessidade da Autarquia. Decorrente da Ata de Registro de Preços.

9.2. O prazo de entrega será de até 45 dias, podendo ser ajustado na ordem de fornecimento, desde que não ultrapasse o limite máximo estabelecido neste TR. O prazo será contado a partir do recebimento da ordem de fornecimento.

9.3. Os bens deverão ser entregues no **Almoxarifado Central do SAAE**, junto a Unidade Técnico Operacional – UTO, localizado na Rua Gilberto Neymar Wendpap, 584 – Bairro Boa Vista, de segunda a sexta-feira, das 08h00 às 11h30 e das 13h30 às 17h00, mediante agendamento prévio e confirmação do responsável pelo recebimento, com **frete CIF – Marechal Cândido Rondon - PR**

9.4. A contratada deverá confirmar o dia e horário de entrega junto à: Unidade Técnico Operacional, para que os fiscais de contrato e/ou equipe de recebimento possam fazer o acompanhamento da entrega para verificação do objeto.

9.5. O fornecedor estará sujeito à fiscalização no ato de entrega e posteriormente.

9.6. Caso não seja possível a entrega no prazo/data assinalado, a empresa deverá comunicar as razões com 10 (dez) dias de antecedência, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

9.7. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste TR e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10





Serviço Autônomo de Água e Esgoto

Marechal Cândido Rondon – Paraná

www.saaemcr.com.br - e-mail: saae@saaemcr.com.br

CNPJ: 76.878.669/0001-42

(dez) dias, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Subcontratação

9.8. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

9.9. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

10. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

10.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial. (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput). Cada contratação decorrente da Ata de Registro de Preços será formalizada por contrato ou instrumento equivalente, com gestão e fiscalização próprias.

10.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

10.3. As comunicações entre a entidade e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de ulteriores meios idôneos de comunicação, inclusive mensagem eletrônica.

10.4. O SAAE poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

10.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Contratante poderá convocar o representante da empresa Contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da Contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

10.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo gestor e pelo fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 117, caput da Lei 14.133/2021, promovendo-se a designação de fiscais técnico, administrativo e setoriais (ou de execução) conforme a complexidade do objeto.

10.7. Em atendimento ao disposto no art. 34, Parágrafo Único do Dec. Mun. 77/2023, é obrigatória a designação de, no mínimo, 1 (um) agente público como gestor de contrato e 1 (um) agente público como responsável pela fiscalização da execução do objeto, sendo que, no caso de haver um único servidor designado para a fiscalização, esse deverá exercer todas as atribuições indicadas no referido decreto para a fiscalização.

10.8. Ficam designados como:

- Gestor de Contrato o servidor Ademir Drehmer, ocupante do cargo de Agente Administrativo e Suplente a servidora Suelen Sochtig Diehl, Agente Administrativo.

- Fiscal administrativo a servidora Edinéia Hack Santin, ocupante do cargo de Agente Administrativo, como titular, Sérgio Luiz Ulrich, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, como suplente;

- Fiscal de execução (ou setorial) o servidor Alexandre Hawerth, ocupante do cargo de Mecânico de Operação, como titular, Thiago Mariano, ocupante do cargo de Mecânico de Operação, como suplente.

Fiscalização Técnica

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 29/05/2026 15:05:03.00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/p86b1594215daf>





Serviço Autônomo de Água e Esgoto

Marechal Cândido Rondon – Paraná

www.saaemcr.com.br - e-mail: saae@saaemcr.com.br

CNPJ: 76.878.669/0001-42

10.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

10.9.1. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, conforme art. 117, § 1.º da Lei 14133/2021, e arts. 22 e ss. do Dec. Mun. 77/2023;

10.9.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

10.9.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

10.9.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

10.9.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

10.9.6. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da Contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário, em conformidade com as disposições do art. 25 e ss. do Dec. Mun. 77/2023.

10.9.6.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

Fiscalização setorial (execução)

10.10. Compete ao fiscal setorial ou de execução realizar o acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos e administrativos, devendo:

10.10.1. avaliar constantemente o cumprimento da rotina de execução indicada no TR;

10.10.2. anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, indicando dia, mês e ano, bem como o nome de eventuais empregados envolvidos na ocorrência, especialmente, quando se tratar de serviço com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados, encaminhando os apontamentos ao gestor de contrato para as providências cabíveis.

10.10.3. comunicar imediatamente ao gestor de contrato as intercorrências que prejudiquem a execução do objeto, inclusive atrasos ou ausências em contratos de serviços, em especial com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

10.10.4. cumprir outras responsabilidades determinadas no TR, contrato ou outros instrumentos legais.

Gestor do Contrato

10.11. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação



da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto Municipal nº 77/2023, arts. 13 e ss.).

10.11.1. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

10.11.2. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

10.11.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

10.11.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

10.11.5. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

10.11.6. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

11. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

11.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, no ato da entrega, juntamente com a Nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

11.1.1. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

11.2. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

11.2.1. O prazo de recebimento definitivo poderá, excepcionalmente, ser prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para aferição do atendimento das exigências contratuais.

11.2.2. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo





Serviço Autônomo de Água e Esgoto

Marechal Cândido Rondon – Paraná

www.saaemcr.com.br - e-mail: saae@saaemcr.com.br

CNPJ: 76.878.669/0001-42

11.2.3. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, computando-se a prorrogação indicada no item anterior, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

11.3. Para as contratações de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei 14.133/2021, o prazo máximo de recebimento definitivo será de 10 (dez) dias úteis.

11.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

Liquidação e Pagamento

11.5. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período mediante justificativa, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

11.6. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021](#).

11.7. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser apresentada acompanhada, obrigatoriamente, dos documentos de comprovação da regularidade fiscal, que pode ser constatada por meio de consulta on-line do SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

11.8. É responsabilidade da empresa Contratada informar a superveniência de causa impeditiva à manutenção do contrato sendo que, previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração poderá realizar consultas para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

11.9. Constatando-se situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

11.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.11. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

11.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação.

11.13. Será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante.

11.14. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;





Serviço Autônomo de Água e Esgoto

Marechal Cândido Rondon – Paraná

www.saaemcr.com.br - e-mail: saae@saaemcr.com.br

CNPJ: 76.878.669/0001-42

- os dados do contrato e do órgão Contratante;
- o período de execução do objeto;
- o valor a pagar;
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

11.15. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária.

11.16. Quando do pagamento, serão efetuadas as retenções tributárias incidentes, considerados os percentuais estabelecidos na legislação vigente, ainda que divirjam dos percentuais de tributos indicados na planilha.

11.17. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.18. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à execução do objeto, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento reiniciará após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Contratante.

11.19. No caso de atraso no pagamento por culpa do Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA (índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de correção monetária.

11.20. Antecipação de pagamento

Não se aplica

11.21. O pagamento será realizado exclusivamente sobre os quantitativos efetivamente fornecidos, conforme cada ordem de fornecimento emitida, não havendo garantia de contratação integral dos quantitativos registrados.

12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

12.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA utilizando o SISTEMA de REGISTRO DE PREÇOS, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO desde que atendidas integralmente as especificações técnicas do Termo de Referência.

12.2. Serão desclassificadas propostas que apresentem preços inexequíveis ou incompatíveis com os valores de mercado, nos termos do art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

Forma de fornecimento

12.3. O fornecimento será parcelado e eventual, conforme demanda da Administração, no âmbito da Ata de Registro de Preços, desde que, dentro do prazo de entrega estipulado neste TR.

Exigências de habilitação

12.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 29/05/2026 15:05:03.00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/p86b1594215daf>





Serviço Autônomo de Água e Esgoto

Marechal Cândido Rondon – Paraná

www.saaemcr.com.br - e-mail: saae@saaemcr.com.br

CNPJ: 76.878.669/0001-42

12.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

12.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

12.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

12.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

12.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

12.12. Sociedade cooperativa:

Não se aplica.

12.13. Agricultor familiar:

Não se aplica.

12.14. Produtor Rural:

Não se aplica.

12.15. Ato de autorização

Não se aplica.

12.16. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

12.17. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

12.18. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

12.19. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

12.20. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;





Serviço Autônomo de Água e Esgoto

Marechal Cândido Rondon – Paraná

www.saaemcr.com.br - e-mail: saae@saaemcr.com.br

CNPJ: 76.878.669/0001-42

12.21. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

12.22. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

12.23. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

12.24. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

12.25. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

Qualificação Técnica

12.26. Apresentação de atestado(s) de capacidade técnica que comprove(m) fornecimento de equipamento(s) similar(es), emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

Comprovação do atendimento de exigências legais para o exercício da atividade

12.27. Não se aplica

Vistoria

12.28. Não se aplica

Garantia da execução do contrato (art. 96 e ss. da Lei 14.133/21)

12.29 Não será exigida garantia de execução contratual, tendo em vista que o objeto será integralmente entregue dentro do prazo previamente estabelecido no item 7.2 deste Termo de Referência.

13. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

13.1. O custo dos itens componentes da presente licitação é o indicado na Tabela constante no campo 1 "Definição do Objeto" neste TR, conforme custos unitários apostos na mesma Tabela, sendo referido valor indicado como PREÇO do objeto.

13.2. A verificação do valor de mercado foi realizada na etapa ETP de forma abrangente conforme Declaração de Orçamentação juntada ao presente processo.

13.3. No valor acima mencionado estão incluídos todos os encargos incidentes sobre o objeto, inclusive transporte, frete, tributos obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias e outras.

13.4. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

13.5. A estimativa foi obtida mediante pesquisa de preços com fornecedores, atas vigentes e contratações similares, conforme detalhado no ETP.

14. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Autarquia Municipal, conforme abaixo:

Órgão: 16 - Serviço Autônomo de Água e Esgoto

Unidade: 001 - Serviço Autônomo de Água e Esgoto

Tipo Ação: Projeto Orçamentário





Serviço Autônomo de Água e Esgoto

Marechal Cândido Rondon – Paraná

www.saaemcr.com.br - e-mail: saae@saaemcr.com.br

CNPJ: 76.878.669/0001-42

Ação: 1102 - Funcional: 0017.0512.0018 - Ampliação e Renovação da Frota de Veículos e Máquinas

Elemento: 34490520000000000000 - Equipamentos e material permanente

Subelementos: 34490525200000000000 – Veículos de tração mecânica

14.2. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Autarquia Municipal.

14.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14.4 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações, facultando-se a realização de licitação específica para aquisição pretendida, assegurada a preferência ao fornecedor registrado.

Marechal Cândido Rondon – PR, 08 de abril de 2026

Alexandre Hawerth
Seção de Manutenção Mecânica

Thiago Mariano
Mecânico de Operação

Anderson Fernando Rataiczky
Seção de Almoxarifado e Frotas

Luan Rafael Gonçalves Geier
Assessor Técnico Operacional

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 29/05/2026 15:05 -03:00 -03
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/p86b1594215daf>

